

Paisagem cultural: nova expansão conceitual do patrimônio

Laércio Gomes Rodrigues¹

¹ Mestrando em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco, Especialista em Gestão de Arranjos Produtivos Locais e Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amapá, Brasil. E-mail: laerodrigues1@hotmail.com

RESUMO: Este trabalho pretende discutir o patrimônio com ênfase para a recente incorporação da paisagem cultural como instrumento patrimonial, implementada na década de 1990. A base metodológica deste estudo é a revisão bibliográfica. No primeiro momento, faz-se um breve sobrevoo no surgimento do conceito moderno de patrimônio que aparece, pela primeira vez, na Europa do século XVIII; veremos que o patrimônio enquanto política de preservação inseriu a dimensão cultural para a compreensão dos bens edificados, ampliando seu campo de atuação no século XX. No segundo momento, à luz de documentos internacionais elaborados pela Unesco, evidencia a consolidação da paisagem cultural como compreensão do patrimônio. A paisagem cultural emerge como esforço para superar o antigo distanciamento entre patrimônio material e imaterial, possibilitando o diálogo relacional entre ambos, além de congregar modos de vida tradicional. Por fim, o autor apresenta dois exemplos da implementação da paisagem cultural no Brasil – um inscrito como patrimônio mundial da Unesco e o outro cancelado a nível nacional.

Palavras-chaves: Patrimônio; patrimônio cultural; modernidade; paisagem cultural.

Cultural Landscape: new conceptual expansion of heritage

ABSTRACT: This paper discusses the heritage with emphasis on the recent incorporation of the cultural landscape as an equity instrument, implemented in the 1990. The methodological basis of this study is the literature review. At first, it was a brief flyover in the emergence of the modern concept of heritage that appears for the first time, in eighteenth-century Europe; we will see that the heritage while preserving political entered the cultural dimension to the understanding of built assets, expanding their field in the twentieth century. In the second phase, in the light of international documents prepared by Unesco, shows the consolidation of the cultural landscape as understanding of heritage. The cultural landscape emerges as an effort to overcome the old gap between tangible and intangible heritage, enabling the relational dialogue between them, and gather traditional life ways. Finally, the author presents two examples of the implementation of the cultural landscape in Brazil – one registered as world heritage by Unesco and the other sanctioned at national level.

Keywords: Heritage; cultural heritage; modernity; cultural landscape.

1 INTRODUÇÃO

O patrimônio, tal como conhecemos hoje, surgiu no turbilhão das revoluções vividas na Europa oitocentista e seu conceito, com o tempo, agregou novas compreensões referentes aos bens e sua preservação. Um exemplo, sem dúvida, é a incorporação da ideia da paisagem cultural como bem patrimonial.

A ideia de paisagem cultural possui uma ampla tradição na disciplina geográfica¹, datada no final do século XIX. Ela também passou a ser utilizada por diversos campos do saber, como a arquitetura e a ecologia, fato que abre várias possibilidades de análise teórica sobre a paisagem – logo, ao eleger certa concepção da paisagem e uma metodologia para analisá-la influenciará nos resultados da pesquisa implementada, obtendo diferentes conclusões num mesmo objeto investigado (RIBEIRO, 2007).

Essa polissemia de abordagens metodológicas e disciplinar, aliada a uma crítica a subjetividade, fora bastante julgada por alguns a ponto de negar, inclusive, o valor da paisagem como conceito científico (RIBEIRO, 2007). Entretanto, a paisagem ganhou um forte aliado, trata-se das discussões de desenvolvimento sustentável que entrara na agenda dos debates nacional e internacional; estimulando a relação har-

mônica do homem e a natureza.

Assim, no campo internacional se estabelece mais uma qualificação da preservação do patrimônio, a paisagem cultural, que se consolidada na década de 1990; alarga-se, assim, a compreensão do patrimônio. A seguir veremos uma breve incursão no surgimento e expansão do patrimônio no Ocidente, além da implementação de uma nova categoria de análise – a paisagem cultural.

2 PATRIMÔNIO E MODERNIDADE

A passagem do Antigo Regime para a Modernidade imprimiu mudanças abissais na construção do conhecimento do homem ocidental; logo, um novo paradigma civilizacional se estabeleceria com princípios e forças motriz contrárias às antigas regras. Exemplarmente, tem-se a desvinculação do mundo religioso do mundo laico; as relações entre senhor e servo já não poderiam ser sustentadas por razões divinas, e, novos meios produtivos embasariam as relações humanas.

As mudanças foram lastreadas por acontecimentos exteriores e interiores aos indivíduos; um exemplo é a própria construção do sujeito como categoria dotada de autonomia; este surge somente no novo tempo, mas necessitou de um extenso processo histórico:

Durante o longo período de vários séculos, os indivíduos tinham começado a se afastar das teias da comunidade, tornando-se agentes cada vez mais independentes tanto legal como psicologicamente. [...] A constante evolução de noções de interioridade e profundidade da psique, desde a alma cristã à consciência protes-

¹ Na geografia, as abordagens sobre paisagem concentram-se em dois principais grupos: a morfologia da paisagem e a simbologia da paisagem: o primeiro – surge no primeiro cartel do século XX, seu principal expoente é Carl Sauer que compreende a paisagem em seu caráter material e pretende “investigar como a cultura humana, analisada através de seus artefatos materiais, transforma essa paisagem”; o segundo – investiga o aparato simbólico das paisagens e ganha visibilidade na década de 1960 e passou a ser conhecido na geografia como movimento humanista. Valoriza aspectos subjetivos na/da paisagem (RIBEIRO, 2007, p. 15-16).

tante e às noções de sensibilidade [...], preenchia a individualidade com um novo conteúdo. Todos esses processos ocorreram durante um longo tempo ([HUNT, 2009, p. 28](#)).

O campo da individualidade não foi o único a se alterar, surgem também novos conceitos e novas realidades sobre a organização social, política e econômica que se manifestam na vida societária e no novo *modus vivendi*. A criação dos Estados nacionais foi imprescindível para sustentar o surgimento do moderno conceito de patrimônio² que aparece, pela primeira vez na Europa, na segunda metade do século XVIII ([FUNARI; PELEGRINI, 2009](#)).

De acordo com [Funari e Pelegrini \(2009\)](#) patrimônio significa “bem de herança que é transmitido, segundo as leis, dos pais e das mães aos filhos”. Disto – observam os autores – a ideia de patrimônio está relacionada à transmissão familiar de bens materiais com valor monetário regulado pelo mercado, como terrenos e casas; há também os bens de baixo valor mercadológico, mas de expressivo valor emocional, como as fotografias – ambos são patrimônio de um indivíduo. Acrescenta-se ainda o patrimônio em sua dimensão espiritual, ou seja, aqueles conhecimentos recebidos dos antepassados que não se restringe a bens materiais, abrangendo também os preceitos e as lições de vida que nos deixaram como herança e que

constituem em patrimônio imaterial ([FUNARI; PELEGRINI, 2009](#)).

Nessa perspectiva, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) define o patrimônio como “o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações” ([PORTAL UNESCO, s.d.](#)). Verificaremos que essa noção contemporânea do patrimônio surge atrelada a proteção de monumentos edificados, para depois ampliar suas dimensões. De todo o modo,

A ideia de um patrimônio comum a um grupo social, definidor de sua identidade e enquanto tal merecedor de proteção, nasce no final do século XVIII, com a visão moderna de história e de cidade ([BABYLON; CHASTEL, 1994](#) apud [SANTOS, 2001, p. 43](#)).

A França foi o berço das políticas preservacionistas e, tem como marco a Convenção Nacional Francesa, de 1794. Este documento ditou as diretrizes para a preservação dos monumentos históricos. Para melhor compreendermos o contexto francês, [Martins \(2014\)](#) esclarece que a nação vivia uma efervescência revolucionária³ e toda associação ao Antigo Regime era alvo de destruição popular, assim, edifícios e monumentos relacionados ao antigo poderio da Igreja e da Coroa estavam na iminência de serem destruídos, portanto, todo esforço se concentrava em inventariar os bens e monumentos concernentes à história e a memória gaulesa.

² A palavra patrimônio vem do latim *patrimonium* e, antes do século XVIII, ela era utilizada para referenciar todas as coisas de pertencimento do pai de família (*pater*); ou seja, abarcava não somente objetos, mas também pessoas a ele subjugadas, como a mulher e sua prole. A ideia de patrimônio estava atrelada ao direito de propriedade de uma sociedade aristocrática, entretanto um novo uso do patrimônio surgiria como categoria ([FUNARI; PELEGRINI, 2009](#)).

³ Em meados do século XVIII vivia-se na França um momento decisivo na história ocidental – a Revolução Francesa. Esta significou a ruptura definitiva com o Antigo Regime e o surgimento de um novo paradigma civilizacional – a Modernidade.

Assim, a preocupação pelo patrimônio emerge em um contexto de profundas transformações e de antagonismos, conforme aponta [Martins \(2014, p. 11\)](#):

A questão do patrimônio nasce do embate entre a necessidade de conservar a cidade existente – os monumentos e bens culturais que diziam respeito à história e à memória social / coletiva, numa tentativa de conjugar os tempos passado e futuro, que habitam juntos com o tempo presente da cidade e também pela sempre presente necessidade de salvar o que está em desaparecimento.

Um exemplo desse movimento de salvar os bens edificados foi à criação da primeira Comissão dos Monumentos Históricos de 1837, que classificou os monumentos em 03 (três) grandes categorias: os edifícios remanentes da Antiguidade, os religiosos da Idade Média e alguns castelos.

É importante esclarecer que embora a França tenha iniciado o processo de proteção patrimonial “a legislação protetora do patrimônio nacional francês tardaria ainda muitas décadas, pois a primeira lei é de 1887, tendo sido complementada por uma legislação mais ampla em 1906, já em pleno século XX” ([FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 19](#)).

Até o século XIX verifica-se que as preocupações do patrimônio centravam-se na monumentalidade e na arquitetura, entretanto, essa noção ampliaria suas fronteiras, agregando novas concepções, mesmo que separando natureza e cultura, conforme veremos.

2.1 Patrimônio imaterial

É no século XX que se introduz uma nova leitura do patrimônio em sua dimensão cul-

tural. Para entender essa nova configuração, [Martins \(2014\)](#) explica que nas primeiras décadas do citado século ocorreram diversas reuniões entre países interessados na questão da preservação do patrimônio. Destes encontros elaborou-se a *Carta de Atenas*⁴ – documento que intencionava relacionar a política de preservação ao tombamento de bens isolados. Após esse marco norteador da área de conservação patrimonial, aconteceram diversos encontros internacionais, facilitados ainda mais pela criação da Organização das Nações Unidas (ONU), que ajudaram a aprofundar a discussão a nível mundial e alargar o entendimento conceitual.

O conceito de patrimônio, que num primeiro momento era de preservar bens isolados, devido ao seu valor arquitetônico e/ou histórico, passa a ser a conservação de conjuntos arquitetônicos, e posteriormente, devido a influência do conceito antropológico de cultura, passa a incluir – terceiro momento – um conjunto de bens materiais e imateriais, com critérios de: estilismo histórico e arquitetônico, meio ambiente, cultura, referência simbólica, etc. ([MARTINS, 2014, p. 14](#)).

No âmbito mundial entendia-se o “patrimônio cultural como sinônimo de monumentos históricos e obras de arte”, essa noção que privilegiava o patrimônio material perdurou até a década de 1970 ([BELAS, 2006, p. 265](#)); um exemplo é “Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural” da [Unesco \(1972\)](#) que define, em seu artigo primeiro, como pa-

⁴ Carta de Atenas – documento resultante do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), cujo tema era “Cidade Funcional”, ocorrido em na cidade de Atenas, em 1933.

patrimônio cultural os monumentos, os conjuntos e os locais de interesse, prendendo-se somente no edificado.

Entretanto, nessa mesma década, alguns países com expressiva diversidade cultural, como a Bolívia, delataram junto a Unesco sua “preocupação com a preservação das manifestações da cultura popular” ([BELAS, 2006, p. 270](#)). Tem-se início um movimento de valorização das chamadas expressões populares de valor cultural. De acordo com [Belas \(2006\)](#), desse movimento resultou 02 (dois) instrumentos internacionais elaborados pela Unesco e, ratificados pelos Estados membros, a saber: Recomendações sobre a Salvaguarda da Cultura e Popular, de 1989, e a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003.

No Brasil a disseminação do termo patrimônio imaterial se deu, sobretudo, graças a Constituição Federal ([BRASIL, 1988](#)), no art. 216, que define como patrimônio cultural do país todo o bem “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

Como se pode notar, no período moderno, o conceito de patrimônio que estava estrito a preservação monumental, altera-se, tomando novos significados. Agora, o olhar sobre os bens patrimoniais requer uma acuidade para compreender sua dimensão complexa e holística; assim, de acordo com [Sant’anna \(2001\)](#), é importante perceber os conceitos de patrimônio – quer seja em sua dimensão material ou imaterial – não como contrárias, mas complementares. Nessa mesma perspectiva, [Belas \(2006, p. 267\)](#) argumenta que “se por um lado o patrimônio imaterial tem uma face material

expressa em objetos concretos [...], da mesma forma, monumentos, edificações e sítios possuem uma face imaterial expressa em valores e representações sociais a eles atribuídos”.

[Sant’anna \(2001\)](#) e [Belas \(2006\)](#) são exemplos dos argumentos que se opõem a ideia estanque ou de separação rígida entre patrimônio natural e patrimônio cultural. A seguir, veremos como a inclusão da paisagem cultural, no campo da preservação do patrimônio, relaciona natureza e cultura e as compreendem inseparavelmente, além de abarcar os modos de vida tradicionalmente construídos.

3 PAISAGEM CULTURAL

O conceito de patrimônio tomou nova propulsão a partir da introdução da ideia de paisagem cultural adotada pela Unesco, no início da década de 1990. Como vimos anteriormente, o referido conceito expandiu-se consideravelmente ao incorporar a dimensão cultural no processo da política de preservação, movimento ocorrido a partir da década de 1970.

Apesar dos avanços, o patrimônio natural e o cultural eram tratados separadamente, sem cogitar as relações de intercessões entre ambos; um exemplo já citado é o documento “Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural”, da [Unesco \(1972\)](#), que define os bens patrimoniais naturais e os culturais, sem relacioná-los.

De acordo com [Ribeiro \(2007\)](#) o antagonismo entre essas duas categorias era reflexo do pensamento de boa parte dos conservacionistas da natureza, que acreditavam na seguinte equação: quanto menor fosse a interferência do homem sobre uma determi-

nada área, melhor qualificada ela seria; assim também, para uma parte considerável dos profissionais das áreas de humanas, como historiadores e arquitetos, por exemplo, vislumbravam-se os monumentos, as estruturas, os prédios e as ruínas isoladamente.

Tal concepção isoladora dos patrimônios natural e cultural são reflexos “[d]a própria origem bipartite da preocupação com o patrimônio mundial, oriunda de dois movimentos separados: um que se preocupa com os sítios culturais e outro que lutava pela conservação da natureza” ([RIBEIRO, 2007, p. 38](#)).

Na prática, com o decorrer do tempo, verificou-se que alguns bens poderiam ser classificados tanto em sua dimensão natural quanto cultural, assim, após esse momento, criou-se a classificação de bem misto, ou seja, os bens cuja inscrição se justificava tanto pelo viés natural quanto cultural; contudo, esse entendimento não buscou relacionar os patrimônios cultural e natural – não encarado como objeto de análise, e nem de valoração ([RIBEIRO, 2007](#)).

[Ribeiro \(2007, p. 38\)](#) explica que o amadurecimento de alguns campos do saber, como por exemplo, o da ecologia política, além dos debates em torno de alguns temas, como o de desenvolvimento sustentável foram importantes para a geração de “uma valorização no campo internacional das relações harmoniosas entre os homens e o meio ambiente. Foi em resposta a esse contexto que a categoria de paisagem cultural começou a ser pensada mais fortemente pela Unesco”.

Assim, no início da década de 1990, se consolida uma nova categoria – a paisagem cultural – que possibilita uma leitura relacional entre o natural e o cultural, sem des-

considerar os modos de vida e os hábitos tradicionais. Conforme expressa [Castriota \(2013, p. 01\)](#):

lança[-se] definitivamente a nova categoria de “paisagem cultural” apenas por ocasião da 16ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, realizado em Santa Fé, Novo México, em 1992, depois de anos de discussão sobre a essência das paisagens culturais. Com isso, a Convenção vai ser o primeiro instrumento legal internacional a reconhecer e proteger tal tipo complexo de patrimônio – focada na interação entre natureza e cultura e, ao mesmo tempo, ligado também intimamente às maneiras tradicionais de viver.

Ou seja, a noção de paisagem cultural, como bem patrimonial, careceu de uma longa e ampla discussão a nível internacional, para depois se consolidar no campo da política de preservação do patrimônio. Nessa perspectiva, a Unesco definiu, por meio das “Diretrizes operacionais para a implantação da convenção do Patrimônio Mundial”, de 1999, as paisagens culturais, assim descritas:

Paisagens culturais representam o trabalho combinado da natureza e do homem designado no Artigo I da Convenção. Elas são ilustrativas da evolução da sociedade e dos assentamentos humanos ao longo do tempo, sob a influência das determinantes físicas e/ou oportunidades apresentadas por seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, tanto internas, quanto externas. Elas deveriam ser selecionadas com base tanto em seu extraordinário valor universal e sua representatividade em termos de região geocultural claramente definida, quanto por sua capacidade de ilustrar

os elementos culturais essenciais e distintos daquelas regiões ([UNESCO, 1999](#)).

Para [Ribeiro \(2007, p. 38\)](#) “a paisagem já havia sido objeto de atenção no plano internacional algumas décadas antes, mas a partir de outro prisma”. Conforme o [Quadro 01](#), a seguir:

Quadro 01 – A paisagem antes da década de 1990 nos documentos internacionais

Documento internacional	Prisma sobre a paisagem	Centralidade
Carta de Atenas (1931)	Atenção voltada para a visibilidade dos monumentos e de sua vizinhança.	Ambientação de determinado bem cultural
Convenção de Washington (1940)	A ideia de paisagem relaciona-se quase exclusivamente à natureza, e à concepção da paisagem como belo.	Proteção e conservação da paisagem de beleza rara
Recomendação de Paris (1962)	Não há definição do que seria paisagem.	Salvaguarda da beleza e do caráter dos sítios
Recomendação em Nairobi (1976)	Define o que é conjunto histórico e ambiência – avanço em reconhecer que ambos devem ser pensados em conjunto.	Apesar de aparecer o par – conjunto histórico e ambiência – a centralidade permanece no primeiro; a ambiência é tida como apêndice do bem principal.
Carta de Washington (1986)	A paisagem aparece em uma relação dual entre um determinado bem e a paisagem; assim, esta só teria valor ao preencher de sentido um bem mais importante.	Preservação das relações da cidade com seu entorno natural ou criado pelo homem

Fonte: [Ribeiro \(2007\)](#). Adaptações do autor.

A nova categoria de paisagem cultural adotada pela Unesco rompe com modelos anteriores de paisagem, elencadas no quadro anterior. A nova compreensão da paisagem cultural se diferencia das demais “por adotar a própria paisagem como um bem, valorizando todas as inter-relações que ali coexistem” ([RIBEIRO, 2007, p. 40](#)).

No que se refere à inclusão da paisagem cultura na Lista do Patrimônio Mundial, a [Unesco \(s.d\)](#) estabeleceu 03 (três) diferentes categorias de paisagem como patrimônio, a saber: a) paisagem claramente definida – “são aquelas desenhadas e criadas intencionalmente, na qual se encaixam jardins e parques construídos por razões estéticas”; b) paisagem evoluída organicamente – fruto “de um imperativo inicial social, econômico, administrativo e/ou religioso e desenvolveu sua forma atual através da associação com o seu meio natural e em resposta ao mesmo”. Pode ser dividida ainda em duas subcategorias – a paisagem relíquia ou fóssil e a paisagem contínua; e, c) paisagem cultural associativa – refere-se às “paisagens que têm seu valor dado em função das associações que são feitas acerca delas, mesmo que não haja manifestações materiais da intervenção humana” ([RIBEIRO, 2007, p. 43-44](#)).

A seguir veremos como a ideia de paisagem cultural como instrumento de patrimônio vem sendo incorporado no caso brasileiro.

3.1 A implementação da paisagem cultural no Brasil

A discussão e a inclusão da paisagem cultural enquanto patrimônio também repercutiu no Brasil. Além dos documentos internacionais, outros produzidos no Brasil

forneem as principais bases de sustentação para a implementação do novo conceito, a saber: a) o Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, criado em 1937, pelo então Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), instituição responsável por identificar e proteger o patrimônio nacional; b) a Carta de Bagé ou Carta da Paisagem cultural – documento elaborado pelo Iphan, universidades e a prefeitura da cidade de Bagé, Rio Grande do Sul, com objetivo de defender “as paisagens culturais em geral e, mais especificamente, do território dos Pampas e das paisagens culturais de fronteira” ([CARTA, 2007, p. 01](#)); e, c) a portaria 127, de 2009, do Iphan – documento que estabelece a chancela da paisagem cultural, e dentre outras, norteia os procedimentos administrativos para instauração do processo de chancela da paisagem brasileira ([BRASIL, 2009](#)).

Atualmente o Brasil possui 02 (duas) paisagens culturais, uma reconhecida em instância internacional e, a outra em instância nacional. No cenário internacional, o país se destaca pela inclusão da paisagem cultural da cidade do Rio de Janeiro na lista do patrimônio mundial da Unesco, em 2012.

A paisagem cultural da cidade do Rio de Janeiro é única no mundo e representa um exemplo excepcional dos desafios, das contradições e da criatividade do povo brasileiro. A harmonia entre a paisagem natural e a intervenção do homem, incluindo o uso e as práticas em seu espaço e suas manifestações culturais, tornou o Rio de Janeiro internacionalmente conhecido. ([PORTAL IPHAN, s.d.](#)).

No que se refere à paisagem cultural a

nível nacional, isto é, os bens patrimoniais reconhecidos pelo Iphan, após publicação da portaria 127, a primeira paisagem cultural brasileira, chancelada pela instituição, foram os “bens relacionados à imigração em Santa Catarina”, em maio de 2011.

A proposta de proteção encaminhou o tombamento de 61 bens referentes ao processo de imigração que, entre meados do século XIX e do século XX, trouxe para Santa Catarina expressiva leva de imigrantes de vários países e regiões da Europa, especialmente das atuais Alemanha, Itália, Polônia e Ucrânia, além do reconhecimento, como Paisagem Cultural Brasileira, dos núcleos rurais de Testo Alto, em Pomerode, e Rio da Luz, em Jaraguá do Sul. ([PORTAL DO IPHAN, s.d.](#))

Nota-se que o Brasil acompanhou o movimento de expansão do conceito de paisagem cultural enquanto patrimônio, que emergiu no cenário internacional na década de 1990.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num longo processo histórico, o conceito de patrimônio se expandiu e, passou a abarcar, nas primeiras décadas do século XX, a dimensão cultural. Analisou-se que a criação da ONU e as frequentes reuniões e tratados internacionais foram imprescindíveis para estabelecer, no campo internacional, a política de preservação patrimonial.

Verificou-se também que o conceito de patrimônio expandiu suas fronteiras com a ideia de paisagem cultural, que se consolida na década de 1990 – sobretudo na relação conjugada entre o homem e o patrimônio natural e cultural. No caso brasileiro, apesar de a política patrimonial da paisagem cultu-

ral ser relativamente nova, atualmente o país já possui exemplos de bens compreendidos como paisagens culturais, tanto no campo internacional quanto nacional.

Destarte, o patrimônio enquanto política de preservação patrimonial demonstra ser um conceito de enorme capacidade de renovação e, acompanha as modificações por que passam as sociedades; o atual debate sobre a paisagem cultural e sua incorporação por instância nacional e internacional é um exemplo do vigor que encerra no conceito antigo e renovado do patrimônio.

REFERÊNCIAS

- BELAS, Carla Aroca. O conceito de patrimônio imaterial e a prática dos inventários culturais. In: BARROS, Benedita da Silva et al. (Orgs.). **Proteção aos conhecimentos das sociedades tradicionais**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi: Centro Universitário do Pará, 2006. p. 265-281.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- _____. Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. Estabelece a chancela da paisagem cultural brasileira. Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, n. 83, seção 01, 05 de maio de 2009.
- CARTA de Bagé. **Carta da paisagem cultural**. Bagé, 2007.
- CASTRIOTA, Leonardo. Paisagem cultural: novas perspectivas para o patrimônio. **Arquitextos**, São Paulo, ano 14, n. 162, nov. 2013. Disponível em: <<http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.162/4960>>. Acesso em: 12 jul. 2015.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- MARTINS, Sandra. A experiência da modernidade e o patrimônio cultural. **REIA**, ano 01, v. 1, 2014.
- PORTAL IPHAN. **Rio de Janeiro, paisagens cariocas entre a montanha e o mar, s.d.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/45/>>. Acesso em: 12 ago. 2015.
- _____. **Bens relacionados à imigração em SC recebem a primeira chancela de Paisagem Cultural Brasileira, s.d.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1521>>. Acesso em: 12 ago. 2015.
- PORTAL UNESCO. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, 1972**. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2015.
- _____. **O patrimônio: legado do passado ao futuro, s.d.** Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/worldheritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/>>. Acesso em: 12 jul. 2015.
- RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: Iphan/Copedoc, 2007.
- SANT'ANNA, Márcia. Patrimônio Imaterial: do conceito ao problema da proteção. **Revista Tempo Brasileiro**, Dossiê Patrimônio

Imaterial, Rio de Janeiro, n. 147, p. 151-162, 2001.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos. Novas fronteiras e novos pactos para o patrimônio cultural. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n.2, 2001.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Artigo **recebido** em 22 de setembro de 2015.

Avaliado em 25 de setembro de 2015.

Aceito em 28 de setembro de 2015.

Publicado em 16 de novembro de 2015.

Como citar este artigo (ABNT):

RODRIGUES, Laércio Gomes. Paisagem cultural: nova expansão conceitual do patrimônio. **Estação Científica (UNIFAP)**, Macapá, v. 5, n. 1, p. 47-56, jan./jun. 2015.